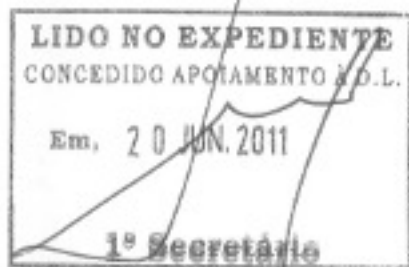




PROJETO DE LEI Nº 517/11



SÚMULA: Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos da Unidade Infantil Yvone Pimentel

Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos da Unidade Infantil Yvone Pimentel, com sede e foro no Município de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04 de abril de 2011.


Deputado Péricles de Holleben Mello.



JUSTIFICATIVA


Considerando as carências que assolam a sociedade brasileira, aliada à inexistência de estrutura e recursos financeiros para que o Estado faça frente a tudo isso, diversas entidades da sociedade civil têm apresentado soluções adequadas a esse problema.

O Estado, por sua vez, como reconhecimento a tais serviços, após a análise criteriosa quanto a determinados requisitos legais, tem a prerrogativa de conferir a essas entidades o título de "Utilidade Pública", atribuindo-lhes algumas prerrogativas.

No caso específico desta Lei, a entidade em questão reúne todas as condições necessárias, na medida em que presta serviços relevantes, além de apresentar todos os documentos necessários, tais como *a cópia autenticada do Estatuto Social Registrado; o CNPJ retirado no mês de maio; Relatório das atividades realizadas no último ano; Ata da eleição da diretoria atual; Relatório anual de informação social e dispositivo (art. 14 do Estatuto) que veda a remuneração dos diretores e conselheiros.*

Na esteira de toda a documentação apresentada, torna-se necessária a aprovação desta Lei, para a concessão do título de "Utilidade Pública" à Associação de Pais e Amigos da Unidade Infantil Yvone Pimentel – Apayvotel.

Sala das Sessões, em 04 de abril de 2011.


Deputado Péricles de Holleben Mello.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 517/2011

Projeto de Lei nº. 517/2011

Autor: Deputado Péricles de Holleben Mello

Súmula: Declara de Utilidade Pública a **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DA UNIDADE INFANTIL YVONE PIMENTEL**, com sede e foro no Município de Curitiba, Estado do Paraná.

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 6.994/78 – REQUISITOS PREENCHIDOS – PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Péricles de Holleben Mello, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a **Associação de Pais e Amigos da Unidade Infantil Yvone Pimentel**, com sede e foro no Município de Curitiba, Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça


mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pelas Leis nº 8.589/87 e 12.816/99, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 05 de julho de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO DUILIO GENARI
RELATOR



**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO
PARANÁ**

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



PROJETO DE LEI No.

533/11

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 22 JUN. 2011

B.
1º Secretário

**SÚMULA: DECLARA DE UTILIDADE
PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DE
ASSISTÊNCIA MÉDICA HOSPITALAR
SÃO FRANCISCO DE ASSIS
(AAMHSFA) DE IBAITI E REGIÃO.**

ART 1º. – Fica declarada de UTILIDADE PÚBLICA a ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA HOSPITALAR SÃO FRANCISCO DE ASSIS (AAMHSFA) DE IBAITI E REGIÃO, com sede e foro no município de Ibaiti/PR.

ART 2º. – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala de sessões, em 23 de junho de 2011.

Ruy
ROSE "LITRO"
Deputada Estadual



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



JUSTIFICATIVA

A ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA HOSPITALAR SÃO FRANCISCO DE ASSIS (AAMHSFA) DE IBAITI E REGIÃO, foi fundada em 2008 e é instituição sem fins lucrativos, regida pelo Código Civil Brasileiro, Lei n. 9.790/99 e Decreto 3.100/99 e demais leis aplicáveis às Instituições beneficentes.

A Associação tem por finalidade o atendimento à população do Município de Ibaíti e demais municípios da região norte (pioneiro) com:

- promoção de atendimento na área de saúde, através de assistência médica hospitalar, ambulatorial e familiar, velando pelo bem estar e pelas necessidades da comunidade;
- promoção de educação ou ainda a integração no mercado de trabalho;
- promoção de segurança alimentar e nutricional; e
- promoção de assistência social, de acordo com o art. 3º. Da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, Leis n. 8.742/93, com a Constituição vigente, observando-se a forma complementar de participação das organizações.

Pelo caráter beneficente da referida Instituição, que pleiteia sua DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL, solicitamos o apoio dos nobres pares.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 533/2011

Projeto de Lei nº. 533/2011

Autora: Deputada Estadual Rose Litro

Súmula: Declara de Utilidade Pública a **ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA HOSPITAL SÃO FRANCISCO DE ASSIS (AAMHSFA) de Ibaiti e região**, com sede e foro no Município de Ibaiti/PR.

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 6.994/78 – REQUISITOS PREENCHIDOS – PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Estadual Rose Litro, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a **Associação de Assistência Médica Hospitalar São Francisco de Assis (AAMHSFA) de Ibaiti e Região**, com sede e foro no Município de Ibaiti, Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça


mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pelas Leis nº 8.589/87 e 12.816/99, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 05 de julho de 2011.



DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE



DEPUTADO DÚLIO GENARI
RELATOR

GABINETE DO GOVERNADOR



~~ANEXO~~ PROJETO DE LEI Nº 542/2011

Súmula: *Denomina de Ministro Affonso Alves de Camargo Neto o viaduto da Avenida Rui Barbosa, no cruzamento com a Avenida das Torres, no Município de São José dos Pinhais.*

Art. 1º. Fica denominada de Ministro Affonso Alves de Camargo Neto, o viaduto da Avenida Rui Barbosa (passagem inferior), no cruzamento com a Avenida das Torres, no Município de São José dos Pinhais.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

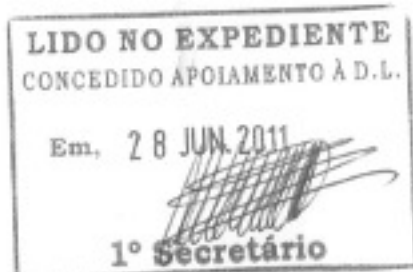
Curitiba, em 28 de junho de 2011, 190º da Independência e 123º da República.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

GABINETE DO GOVERNADOR



Palácio das Araucárias – Curitiba, 28 de junho de 2011
OF CEE/G 095/11



I - À DAT p/ leitura no exp.
pediente.
II - À DA para providências
Em, 28. Junho 2011

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências,
a Mensagem n.º 31/2011, relativa ao Anteprojeto de Lei que
dispõe sobre a denominação de Ministro Affonso Alves de
Camargo Neto o viaduto localizado na Avenida Rui Barbosa, no
cruzamento com a Avenida das Torres, em São José dos Pinhais.

Atenciosamente,


CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

Anexo

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
CURITIBA – PR

CEE/(SRGVF)/JLI

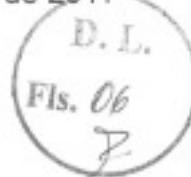
Palácio das Araucárias - Centro Cívico - Rua Jacé Loureiro de Campos
80530-915 - Curitiba - Paraná - Brasil
Fone: 41 3350 2800 Fax: 41 3254 7345

17:46 28/06/2011 005033 DIF ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 31/2011

Curitiba, 28 de junho de 2011



Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei dispondo sobre a denominação de Ministro Affonso Alves de Camargo Neto o viaduto localizado na Avenida Rui Barbosa, no cruzamento com a Avenida das Torres, em São José dos Pinhais.

JUSTIFICATIVA DO ANTEPROJETO DE LEI QUE PROPÕE DENOMINAÇÃO DE VIADUTO NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS.

Afonso Alves de Camargo Neto (Curitiba, 30 de abril de 1929 - Curitiba, 24 de março de 2011), político brasileiro do Estado do Paraná. Filho de Pedro Alípio Alves de Camargo e Ismênia Marçallo de Camargo, neto do ex-governador do Paraná Afonso Camargo e descendente do fundador de Curitiba, o bandeirante Balthazar Carrasco dos Reis.

Engenheiro Civil formado pela Universidade Federal do Paraná em 1952, trabalhou na iniciativa privada até o início de sua vida pública. Possuía também formação superior em Ciências Contábeis.

A sua biografia política teve início em 1964, como vice-governador paranaense (no primeiro mandato de Ney Braga). Entre 1979 e 1987 foi senador da República. Em 1989 candidatou-se à presidência da República. Ressalte-se que o referido pleito consubstanciou-se na primeira eleição presidencial com voto direto após o fim do regime militar.

Camargo foi duas vezes Secretário Estadual de Justiça e da Fazenda, presidiu o Banco do Estado do Paraná e foi diretor do Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado. Na década de 1980 foi indicado pelo então Presidente José Sarney para assumir o Ministério dos Transportes. Na gestão do ex-Presidente Fernando Collor, foi Ministro das Comunicações e, posteriormente, dos Transportes.

Autor da Lei que criou o Vale-Transporte ficou conhecido como o "Pai do Vale-Transporte".

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
CURITIBA – PR

GABINETE DO GOVERNADOR

Vencida a questão acerca dos méritos materializadores da homenagem, analisemos as questões técnicas que envolvem a possibilidade de se efetivar a presente pretensão.

Primeiramente mencionemos a obra a receber a denominação ora pretendida.

O viaduto construído na Avenida Rui Barbosa, no cruzamento com a Avenida das Torres, no Município de São José dos Pinhais, teve um investimento de R\$ 12,5 milhões, possui um vão aproximado de 20 (vinte) metros, contando com 02 (duas) pistas em cada sentido, duas ciclovias compartilhadas, sinalização, paisagismo, drenagem da microbacia local e restauração do piso da Avenida das Torres, com implantação de alças e ciclofaixas.

Com a obra, cerca de 3,5 milhões de habitantes da Região Metropolitana de Curitiba são beneficiados.

Ainda, quanto a sua constitucionalidade e legalidade, o anteprojeto em questão encontra sua legitimidade, tendo em vista o que preconiza a Constituição Federal:

Art. 24 – Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

VII – proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.

Ademais, no que tange à iniciativa para legislar, o artigo 65 da Constituição do Estado do Paraná determina que o Governador do Estado pode iniciar Leis Ordinárias e Complementares:

Art. 65 – A iniciativa das Leis Complementares e Ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Porém, ocorre que a própria Carta Magna Estadual estabelece, em seu artigo 238, que é vedada a alteração da denominação dada ao patrimônio público estadual e municipal que contenha nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos:

Art. 238. É vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais e municipais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, salvo para correção ou adequação aos termos da lei; é vedada também a inscrição de símbolos ou nomes de autoridades ou administradores em placas indicadoras de obras ou em veículo de propriedade ou



GABINETE DO GOVERNADOR

a serviço da administração pública direta, indireta ou fundacional do Estado, a partir da promulgação dessa Constituição, inclusive a atribuição de nome de pessoa viva a bem público de qualquer natureza, pertencente ao Estado ou ao Município. (grifo nosso)

Como se não bastasse, a Lei Estadual n.º 8761/88 também veda, em seu artigo 1º, a alteração dos nomes dos próprios públicos estaduais:

Art. 1º. Fica vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, no Estado do Paraná, como forma de se preservar a memória tradicionalista da vida paranaense. (grifo nosso)

Desta forma, cumpre salientar que o viaduto a que se pretende dar nome ainda não possui denominação, estando o anteprojeto em comento em conformidade com a legislação constitucional e infraconstitucional.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER DO PROJETO 542/2011

Projeto de Lei nº 542/2011

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 031/2011

Súmula: Denomina de Ministro Affonso Alves de Camargo Neto o Viaduto da Avenida Rui Barbosa, no cruzamento com a Avenida das Torres, no Município de São José dos Pinhais.

EMENTA: DENOMINAÇÃO DO VIADUTO NA AVENIDA RUI BARBOSA, NO CRUZAMENTO COM A AVENIDA DAS TORRES, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS. POSSIBILIDADE. ART. 24, VII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ART. 238, DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. ART. 1º DA LEI FEDERAL 8761/88. INEXISTÊNCIA DE DENOMINAÇÃO PRÉ-EXISTENTE POR TRATAR-SE DE OBRA NOVA. DESNECESSIDADE DE BAIXA EM DILIGÊNCIA. CONSTITUCIONALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo denominar o Viaduto da Avenida Rui Barbosa, no cruzamento com a Avenida das Torres, no Município de São José dos Pinhais, de **Ministro Affonso Alves de Camargo Neto**, tendo como finalidade homenageá-lo tendo em vista sua trajetória política.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§ 2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

O artigo 65 da **CONSTITUIÇÃO DO ESTADO** determina que qualquer membro da Assembléia Legislativa possui competência para propor projetos de Leis Ordinárias e Complementares, senão vejamos:

Art. 65. A iniciativa das Leis Complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Quanto à matéria do projeto ora em análise, estabelece, o artigo 24, VII, da **CONSTITUIÇÃO FEDERAL**, estabelece que é de competência do



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Estado proteger o patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico, senão vejamos:

Corroborando com tal entendimento, estabelece, o artigo 238, da CONSTITUIÇÃO ESTADUAL que é vedada a alteração de nomes do patrimônio publico estadual e municipal que contenha nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, senão vejamos:

Art. 238. É vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais e municipais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, salvo para correção ou adequação aos termos da lei; é vedada também a inscrição de símbolos ou nomes de autoridades ou administradores em placas indicadoras de obras ou em veículo de propriedade ou a serviço da administração pública direta, indireta ou fundacional do Estado, a partir da promulgação dessa Constituição, inclusive a atribuição de nome de pessoa viva a bem público de qualquer natureza, pertencente ao Estado ou ao Município. (grifo nosso)

Além disso, a LEI ESTADUAL Nº. 8761/88 também veda, em seu artigo 1º, a alteração dos próprios públicos estaduais, senão vejamos:

Art. 1º. Fica vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, no Estado do Paraná, como forma de se preservar a memória tradicionalista da vida paranaense. (grifo nosso)

Diante do exposto, verifica-se que o presente projeto de lei já vem devidamente instruído com documentos que comprovam que o Viaduto a que



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

se pretende denominar não possui denominação tendo em vista que a Inauguração da referida obra ocorrerá no dia 04 de julho de 2011, dispensando a baixa em diligência ao órgão competente para verificar a pré-existência de denominação.

Por fim, o projeto de lei não encontra óbice no na **LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98**, que dispõe sobre a técnica legislativa.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.




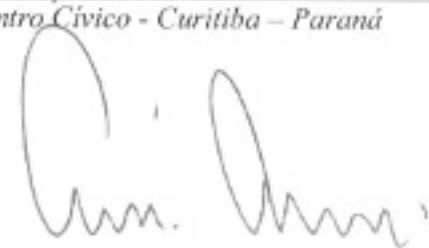
Sala das Comissões, 05 de julho de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS

Presidente


DEPUTADO ELIO RUSH

Relator





Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 542/2011

Projeto de Lei nº 542/2011

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 031/2011

Súmula: DENOMINA DE MINISTRO AFFONSO ALVES DE CAMARGO NETO O VIADUTO DA AVENIDA RUI BARBOSA, NO CRUZAMENTO COM A AVENIDA DAS TORRES, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS.

I – PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Poder Executivo tem por escopo denominar de ministro Affonso Alves de Camargo Neto o viaduto da Avenida Rui Barbosa, no cruzamento com a avenida das torres, no município de São José dos Pinhais.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado com relator da matéria tratada no Projeto de Lei nº 542/2011, na qual passo a relatar:

No que tange ao mérito da matéria resta evidente não existir qualquer impedimento para a tramitação da presente proposição em tela.

III - VOTO DO RELATOR

Pelos motivos ora relatados, e não havendo nada que possa obstruir a deliberação e tramitação do Projeto em tela, voto favoravelmente pela aprovação do Projeto de Lei nº 542/2011 na sua forma apresentada.

IV - CONCLUSÃO

Verificado e analisado o relatório apresentado pelo Nobre Relator do Projeto de Lei nº 542/2011, os Deputados que compõem a Comissão de Obras Públicas, Transporte e Comunicação, acompanham o voto do relator e manifestam-se pela **Aprovação** do referido projeto em tela.

*Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.
Sala das sessões em 11 de julho de 2011.*



MARCELO RANGEL

Presidente da Comissão



ADELINO RIBEIRO

Relator